

Rafael Pompéia Gioielli

## Pistas para entender a identidade cultural no contexto da globalização\*

---

---

### Resumo

O presente trabalho é uma dissertação que procura e rever o conceito e as práticas que envolvem a construção da identidade cultural em meio às transformações do mundo contemporâneo, buscando pistas para refletir sobre elas quando o universo cultural do Estado Nação é insuficiente para sustentar identidades e emergem outros espaços de pertencimento no interior da sociedade marcada pela globalização e pelo consumo.

### 1. Introdução

Considerando todas as mudanças sociais envolvidas na globalização (ver IANNI, 2001 e 2003) parecem particularmente intrigantes e ricas, nesse momento, aquelas que se consolidam no campo da cultura<sup>1</sup>. Com a crise do nacional as culturas estão passando por processos de intensa transformação e reconfiguração e se deslocam simultaneamente em direções opostas. De um lado, o sentido percorrido é o da mundialização, operando pela convergência naquilo que Ortiz (2003) denomina de cultura internacional popular. De outro, a direção é oposta marcada pela re-descoberta do local, pelo resgate das tradições, das particularidades dando vida a um movimento que torna as diferenças culturais explícitas (HALL, 2003A, 2003B, 2003C). É nesse contexto que rever e repensar os processos que marcam a identidade cultural no mundo contemporâneo se tornou um desafio interessante.

Se durante toda a modernidade as identidades estiveram protegidas no interior das diversas culturas nacionais, com a consolidação do mundo global estão sendo questionadas e movimentadas em busca de novas configurações. Isso se deve ao fato de que os discursos dentro dos quais eram construídas agora encontram-se tensionados pelos fluxos globais, sendo insuficientes àquele propósito. A globalização não só colocou em xeque a capacidade do Estado Nação em circunscrever e limitar os processos culturais ao seu interior, como também ampliou largamente as trocas simbólicas e as redes de construção de significado dentro das quais as identidades se sustentam. Com isso, aquela que era a configuração hegemônica da identidade cultural durante toda a modernidade, a nacional, entrou em uma forte crise de significação, o que tem transformado decisivamente as percepções dessa questão. Dizer que um sujeito é brasileiro, inglês ou japonês já não diz muito no mundo global. Sabe-se que no interior de cada nação, ou perpassando por várias delas, há outras redes de significado sustentando outras posições-de-sujeito que se apresentam mais relevantes. Hoje, a nacionalidade já não responde satisfatoriamente aos objetivos pelos quais as identidades culturais são constantemente invocadas. Já não é suficiente para posicionar e diferenciar os sujeitos nas relações estabelecidas na dinâmica de suas vidas cotidianas.

\* Trabalho apresentado ao NP 13 - Comunicação e Cultura das Minorias, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da INTERCOM-2004.

(01) Existem diversos entendimentos para o significado do termo cultura. Aqui admite-se cultura como sendo as práticas de vida que orientam os comportamentos coletivos. Para saber mais consulte WILLIAMS, 1969.

Rafael Gioielli é Mestrando em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e Docente no curso de Comunicação Social da UniSant'anna em São Paulo.

É essa crise de significação que marca a identidade nacional diante da globalização que faz da identidade uma das problemáticas fundamentais da atualidade. Como afirma Mercer (apud HALL, 2003A:9), “a identidade somente se toma uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Mas será que podemos falar que a crise da identidade nacional é uma crise generalizada da identidade? Ao que indicam as práticas cotidianas essa afirmação não seria verdadeira. Afinal, o que se observa é que a identidade ao romper com sua faceta nacional, vive um momento rico de experimentações, hibridizações e fragmentações o qual vem pluralizando as suas configurações. Quando sai de campo a mediação da nação, entra em jogo uma pluralidade de outras: a tradição, a religião, a raça, a sexualidade, o lazer, as práticas de consumo são apenas alguns exemplos. Pluralizadas, as identidades culturais tornaram-se duplamente incertas. A dúvida não está apenas nas configurações hegemônicas que assumem no cotidiano. O processo contínuo de reconstrução na qual estão inseridas gera também uma crise de conceitos e obriga a uma revisão do entendimento fixado para o assunto desde a modernidade. Os modelos explicativos do passado já não são suficientes para dar conta da identidade no mundo contemporâneo.

Assim, coloca-se como objetivo deste trabalho rever o conceito e as práticas que envolvem a construção da identidade cultural em meio às transformações do mundo contemporâneo, buscando pistas para refletir sobre elas quando o universo cultural do Estado Nação é insuficiente para sustentar identidades e emergem outros espaços de pertencimento no interior da sociedade marcada pela globalização e pelo consumo.

## 2. As dimensões do conflito

Ainda que haja alguma controvérsia a este respeito, acreditamos estar diante de um

momento histórico de transformações sociais significativas. De fato, não é possível dizer que tenha havido uma revolução ou mudança no sistema econômico que marca a sociedade contemporânea em relação àquele apresentado pelo mundo moderno. O capitalismo ainda mantém sua hegemonia. Porém, a forma concreta de sua evolução somada a outras transformações sociais inegáveis, ambas ocorridas nas últimas décadas, nos possibilitam pensar em uma ruptura entre a realidade que representa o mundo de hoje e outra que deu conta do passado recente. A globalização, o mal-estar que se abateu sobre a modernidade e as possibilidades de interação abertas pelas novas tecnologias informacionais criaram um novo cenário que age não só sobre as formas do capitalismo, mas incidem decisivamente no tecido social. Se a identidade não ficou imune às mudanças que estão caracterizando o início do século XXI seria válido seguir pensando sobre ela com conceitos propostos pela modernidade?

Um dos sinais mais evidentes de que a consolidação do mundo contemporâneo está balançando as identidades é o lugar de destaque que essa questão passou a ocupar também no cotidiano. Se há até bem pouco tempo as identidades estavam acomodadas em sua faceta nacional, a realidade que se observa hoje é marcada por uma inquietação e um movimento constante de desconstrução e reconstrução das mesmas. A sociedade pós-moderna<sup>2</sup>, entendida como uma sociedade em conflito orientada ao tempo presente, ao exigir que o sujeito se repositone a todo momento é uma primeira pista para compreender esta maior mobilidade e pluralidade das posições identitárias. Na sociedade atual, mídia e consumo tornaram-se espaços privilegiados dessas movimentações e nos fornecem outras pistas interessantes para delimitar as dimensões do conflito que envolve a prática e o pensamento acerca identidade. Nesse sentido, refletir sobre um hábito de consumo recente e

*(02) O significado de Pós-modernidade é bastante ambíguo. O entendimento adotado aqui aproxima-se de LIPOVETSKY, 1994 e MAFFESOLI, 1996. Outras posturas podem ser encontradas em EAGLETON, 1998; MENEZES, 1994; e LYOTARD, 2002.*



bastante difundido no Brasil parece um excelente ponto de partida para o exame da questão.

Em todos os cantos do país - e, principalmente, nos mercados mais populares - têm sido largamente comercializadas e consumidas camisetas e outras peças de roupa nas quais podem ser lidos dizeres como: 100% Negro; 100% Favela; 100% Hip Hop; 100% Brasil; 100% Bahia; 100% Metal; 100% Capoeira; 100% GLS; 100% Jesus, só para citar alguns dos slogans mais recorrentes. Esse comportamento teve início há alguns anos como resultado da ação afirmativa de movimentos negros revividos através da cultura hip hop, quando predominava o uso da frase 100% Negro. A popularização do consumo destas vestimentas, entretanto, tornou-se significativa apenas quando houve a pluralização dos slogans-identidades. Hoje o número de opções é incontável, atendendo a uma demanda significativa e aos mais diversos segmentos, posicionamentos e gostos. Já seria possível dizer, inclusive, que há uma camiseta-identidade para cada situação ou pessoa. Diante desse fenômeno curioso que marca a relação entre consumo e diversidade cultural que pistas temos para compreender o que se passa com a identidade cultural?

Poderíamos destacar pelo menos quatro elementos para iniciar uma reflexão. O primeiro é a evidência de que no mundo contemporâneo há uma preocupação popular com as identidades e sua afirmação, algo que se manifesta nas interações da vida cotidiana. O segundo, que apesar de estarmos analisando um hábito que se dá dentro de um espaço geográfico ou mercado restritos não há apenas uma identidade sendo afirmada, mas uma pluralidade delas, muitas das quais aparentemente se misturam e se interpenetram. Terceiro, que a afirmação das identidades é motivada também pela manifestação das diferenças e singularidades. Cada sujeito busca demarcar sua identidade própria. Quarto, que as pessoas estão

materializando suas identidades através do consumo e da moda. As identidades estão sendo, de fato, vestidas.

Se realizarmos uma comparação histórica, perceberemos que há quatro ou cinco décadas, a situação era outra. Não havia preocupações maiores em se afirmar as identidades ou mesmo com sua pluralidade e diversidade no interior de uma mesma nação. As identidades não estavam sendo questionadas. Não era preciso vestir uma camiseta com dizeres explícitos para manifestar a “sua” identidade. Firmes e seguras, resguardavam-se no espaço imaginário e físico da nação. Idealizadas no âmbito de cada Estado nacional não manifestavam suas diversas fragmentações de maneira ostensiva. Identidade confundia-se com nacionalidade. Era construída e afirmada pela filiação às tradições e ritos, no compartilhar de uma história comum e no reconhecimento de símbolos nacionais como o hino, a bandeira e a língua (HALL, 2003A). A identidade, antes de ser uma questão visível no consumo, inseria-se no interior da idéia de nação. A comparação entre estes dois momentos confirma que os comportamentos contemporâneos que envolvem a identidade cultural diferem muito daqueles que eram habituais há poucas décadas. Mas como seria possível analisar essa transformação?

### 3. Revendo a identidade cultural

O interesse e atenção ao tema da identidade cultural nas ciências sociais não são um fenômeno recente. Ao longo do tempo, foram formulados inúmeros conceitos e entendimentos para defini-la, muitos dos quais diferem radicalmente entre si, quando não se apresentam contraditórios. As abordagens, preocupações e definições disponíveis variam de acordo com a tradição de estudo. Cada uma delas buscou formular um entendimento próprio do assunto que desse conta de seus posicionamentos filosófico e epistemológico. Assim como a própria definição de cultura, a de identidade cultural é bastante polêmica e encontra

versões mais conservadoras e outras mais liberais.

Sinteticamente, e de maneira recorrente em quase toda a pluralidade de visões disponíveis, a identidade é entendida como aquilo que posiciona e localiza o indivíduo frente ao diverso. É a mediação que possibilita estabelecer relações de igualdade e singularidade, de inclusão e exclusão em meio à coletividade. Um recurso que opera baseado em sistemas de classificação e atua no sentido de identificar e diferenciar o sujeito dos demais indivíduos e dele próprio ao longo do tempo. Está vinculada a uma idéia que é simbólica e a uma prática concreta pelo meio da qual ganha vida (vide SILVA, 2003).

Na forma como é utilizado, o conceito de identidade parece consensual. De fato, a sua função se aproxima em grande parte das tradições de estudo disponíveis: serve para classificar, incluir e excluir. A forma de defini-lo, porém, é bastante diversa e, por se tratar de uma importante ferramenta de poder, há uma grande disputa acerca da hegemonia de seu entendimento. A partir de uma ampla sistematização dos estudos sobre cultura proposta por Cuche (2002), na qual o autor descreve as diferentes maneiras pelas quais a identidade tem sido interpretada, podemos propor uma divisão das concepções mais significativas em dois grandes blocos<sup>3</sup>.

De um lado estariam as mais conservadoras que podem ser denominadas de essencialistas. Essas têm uma percepção fixa da identidade que, nesse caso, seria uma condição imanente ao indivíduo, fundamentada em um elemento específico inerente a ele a partir do qual sua marca individual ou de grupo se revelaria. “Visto desta maneira, a identidade é uma essência impossibilitada de evoluir e sobre a qual o indivíduo ou o grupo não tem nenhuma influência” (CUCHE, 2002:178). Variando de acordo com o autor e a época, o elemento que determina essa essência e, portanto, a identidade do indivíduo recebe fundamentações diversas. Podem estar

baseadas em conceitos biológicos, destacando-se a hereditariedade, a raça, a cor, a etnia e o gênero; históricos, enfatizando o Estado Nação, a história nacional, a religião ou o sistema de produção; ou mesmo ambientais, admitindo-se a influência do clima; entre outras. Para os essencialistas, independente das relações criadas pelos indivíduos no cotidiano, a identidade de um sujeito seria determinada por uma característica objetiva que transcende a sua possibilidade de interferência. Alegando uma neutralidade pseudo-científica, os essencialistas pretendem-se desprovidos de ideologia e preconceito. No entanto, a naturalização da identidade e sua interpretação como algo imanente caracteriza estas como sendo as mais perigosas análises da identidade, explicações supostamente objetivas para o racismo, sexismo e outras discriminações.

No lado oposto está a corrente de análise que privilegia a dimensão da construção social da identidade, podendo também ser denominada de relacionai. “A identidade é um significado - cultural e socialmente atribuído” (SILVA 2003:89). Nesse caso, está descartada a existência de qualquer elemento inato para defini-la. É entendida como um processo simbólico, uma teia de significados que se constrói no interior das relações sociais. É o resultado da eleição e articulação de elementos diversos diante das diferentes situações de vida experimentadas pelos sujeitos. A identidade seria o posicionamento resultante, um sentido negociado no interior do universo cultural e simbólico do indivíduo e do grupo. É contingente, passível de mudanças e posições múltiplas. A identidade não se dá a priori da vida social, mas através desta. Em cada contexto social experimentado pelo sujeito em que há novas relações, há uma nova articulação e novas posições-de-sujeito. Portanto, uma configuração diferenciada da identidade. Hall (2003:109) explica que “é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do

*(03) Sobre isso ver também:  
ESCOSTEGUY 2001:139 a 141 e  
WOODWARD 2003: 7 a 72*



discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.”

É com base nessa concepção relacionai que pretendemos analisar as transformações contemporâneas da identidade.

Apesar de na maioria das vezes as identidades serem reivindicadas nas práticas cotidianas dos sujeitos como uma essência ou algo absoluto<sup>4</sup>, no entendimento aqui desenvolvido são uma construção simbólica, imaginária, sujeita a mudanças ao longo do tempo e frente às diversas relações que os sujeitos estabelecem. Ganham forma sempre a partir do cruzamento das experiências vividas, passado, com as relações experimentadas no presente. São um processo permanente e não uma finalidade ou um ponto de partida.

A identidade só pode aparecer em uma relação, a partir da marcação das diferenças. Isoladamente não possui significado algum. Depende de um contraponto, de um processo de diferenciação, de separação, de ruptura para ganhar significação. Depende do outro. As identidades só podem se afirmar por aquilo que não são. “Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela” (HALL, 2003B). As identidades e a divisão dos sujeitos por elas não são práticas neutras, estão permeadas por conflito e negociação. Nesse sentido, a identidade é também uma questão de poder, de política<sup>5</sup>.

Como já afirmado, é apenas quando inserida em um contexto específico que a identidade ganha contornos e significado. É nesse contexto, através das relações estabelecidas pelos diferentes sujeitos, que irão aparecer as mediações constituintes das diferenças e as identidades poderão ser demarcadas. Em cada situação, para cada grupo de sujeitos, há mediações específicas atuando. Numa dada relação, a

mediação hegemônica pode ser a diferença de gênero e as identidades serão construídas a partir da idéia de “homem” e “mulher”. Em outra situação, a mediação fundamental pode ser a cor da pele e os mesmos sujeitos serão re-identificados, agora como “brancos” ou “negros”. As identidades estão sempre em construção, dependentes desses sistemas classificatórios estabelecidos no momento específico em que as diferenças são evocadas. Obviamente este não é um processo que se realiza apenas com base na relação isolada. Na construção das identidades existem outras mediações atuando como a cultura, a subjetividade, o imaginário social e a história individual e grupai. É dessas experiências que o sujeito ou grupo retira seu referencial simbólico para classificar as diferenças e se posicionar.

É preciso perceber que nesta perspectiva um mesmo sujeito possui diversas identidades, as quais irão se manifestar como principais, secundárias ou irrelevantes de acordo com o contexto experimentado. É por isso que numa época próxima a realização de eleições as pessoas podem ser identificadas prioritariamente por sua filiação partidária e não por sua classe ou religião. A mediação predominante que orienta o sistema classificatório das identidades, nesse caso, é a política. No entanto, o sujeito não deixou de ser negro ou católico, apenas essas posições deixaram de ser relevantes na relação estabelecida naquele momento. O entendimento de que um mesmo sujeito pode assumir diversas identidades não implica qualquer mudança no comportamento do indivíduo, mas apenas o coloca numa nova posição dada uma nova relação. O processo que define as identidades predominantes e as formas como elas são vivenciadas não é anárquico ou desprovido de hierarquias. Determinadas mediações possuem maior relevância e podem manter-se hegemônicas por um longo espaço de tempo. É o caso por exemplo da nação durante toda a modernidade.

(04) Cabe lembrar do exemplo dado: nas camisetas as frases dizem 100% Negro, 100% capoeira e etc.

(05) Diversos autores reafirmam esta idéia. Podemos citar, entre outros: HALL 2003A e 2003B; WOODWARD, 2003; GARCIA-CANCUNI, 1999; KELLNER, 2001 e SILVA 2003.

#### 4. A Identidade cultural e a modernidade

Se é verdade que no mundo globalizado a questão da identidade cultural atinge um novo status, não há dúvida de que foi com a consolidação da filosofia moderna e a conseqüente emancipação do sujeito que emergiu como problemática. Isso porque nas sociedades pré-modernas, os indivíduos estavam atrelados a uma realidade mítica totalizante regida pela força Divina. Não existiam enquanto pessoas a não ser pela partilha da religião. Não possuíam livre arbítrio e, se todos eram iguais pela criação, a identidade não era uma questão. Vinculada à religião, à fé, ao mito, aquilo que podemos chamar de identidade pré-moderna era antes de tudo a condição de reconhecimento da existência. No pensamento religioso é apenas pela filiação a Deus que há a igualdade e, portanto, o reconhecimento mútuo. Não há diversidade cultural, não existe espaço para a diferença. Todos são iguais perante o Criador e aqueles que não partilham das mesmas crenças, que não são irmãos, não podem ser humanos. Era através dos ritos de iniciação religiosa, como o batismo católico, que se dava identidade religiosa e reconhecia socialmente um indivíduo. Ao ser introduzida na religião, a pessoa era introduzida também no mundo dos homens. Essa é a concepção que se evidencia, por exemplo, na colonização da América quando se falava que os índios eram selvagens e só se tornariam humanos se fossem batizados. A identidade religiosa é o que possibilita o reconhecimento da condição humana e nela não há espaço para a diferença. (CUCHE, 2002).

É na modernidade, através dos processos de secularização do conhecimento e daquilo que Hegel denomina de princípio da subjetividade, que vai aparecer a noção de sujeito e conseqüentemente a de identidade. O homem liberta-se da tutela do mito para se tornar um sujeito centrado, dotado da capacidade de raciocínio e reflexão, capaz de agir e

interferir no mundo que o cerca (HABERMAS, 1990). Se na esfera do mito a condição de existência é a partilha dos valores religiosos, com o desenvolvimento do pensamento moderno há a universalização do homem enquanto conceito. Penso logo existo. Todos os homens tornam-se iguais em princípio pelos atributos de racionalidade e arbítrio que lhe são característicos. Nesse contexto, a fé passa a ser não mais a condição da existência, mas um elemento de demarcação da diferença. Na modernidade, a cultura e os modos de vida são mediações da diferença entre os iguais.

No entanto, se há o reconhecimento da igualdade entre os homens e a identidade passa a demarcar as diferenças, os princípios da racionalidade e do progresso passam a reger um ideal de sociedade, um ideal determinado de cultura. O Iluminismo vai conceber a cultura em um sentido único oposto à tradição (ORTIZ, 2003). A cultura autêntica na concepção moderna orienta-se a partir da razão, da técnica e da ciência e busca a superação dos limites humanos e o controle total da natureza. Desvincula-se do passado projetando-se ao futuro. Quanto mais presa às tradições e ao mito e, portanto, mais distante desta cultura acadêmica iluminada está mais primitiva é uma sociedade. A identidade cultural moderna idealizada pelo Iluminismo é aquela marcada pelo cosmopolitismo e pelo universalismo.

Dentro dessa perspectiva, tudo aquilo que afasta os homens dessa cultura universalista é visto como um sinal de atraso. Quanto mais sustentadas na tradição, mais desvalorizadas passam a ser as identidades. Com a modernidade, quando todos os sujeitos são potencialmente iguais, a identidade torna-se pela primeira vez uma questão de diferença, uma ferramenta de poder e separação. Não mais entre selvagens e homens, mas entre os cultos e incultos. É aí que passa a ser um princípio organizador fundamental que classifica as diferenças e posiciona os indivíduos em meio ao coletivo.



Para pensar as identidades na modernidade é fundamental reconhecer o papel desempenhado pelos Estados nacionais. Desacreditadas as configurações religiosas, o Estado Nação surge como a estrutura política da sociedade moderna. É o elemento que passa a organizar a vida em sociedade e que regula as trocas econômicas e culturais. Sua consolidação se dá como a aplicação sobre a política do progresso pregado pela modernidade. Aos poucos as organizações tribais, religiosas e feudais aglutinam-se em torno dessa nova figura administrativa de ideais racionais de administração e funcionalidade. O Estado Nação será no mundo moderno a figura de organização social para levar ao desenvolvimento político, econômico e da nova modalidade de cultura, a nacional. No interior dessa cultura é que será forjada a identidade nacional, elemento chave com o qual tem se concebido a identidade no mundo moderno.

É importante ressaltar que a tradição funcionava nas sociedades pré-modernas como o elemento que dava sentido às comunidades. Eram os ritos, a religião, os mitos, a história partilhados os pontos de sustentação que mantinham vivas e reunidas as diversas tribos, clãs e etc. Com o processo moderno de crítica e afastamento dessas tradições, bem como da constituição de Estados multiétnicos, a cultura nacional irá surgir como o elemento que garantirá os sentimentos de pertencimento a uma comunidade recém criada e desprovida de uma tradição. Assim, as culturas nacionais são tradições inventadas, idealizadas, que irão sustentar uma comunidade imaginada (HALL, 2003A). Isso, porque quando da delimitação das fronteiras nacionais, a comunidade que se inscreve no âmbito do Estado nacional - uma instituição político-territorial - não é necessariamente uma formação culturalmente homogênea ou que possui tradições e um passado comum. A cultura nacional é a rede de

significados forjada com o objetivo de garantir uma unidade representacional ao conjunto de pessoas reunidas na nação. Essa é uma comunidade simbólica que se sustenta imaginariamente por meio da representação. Para Hall (2003A: 50) “uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”.

Um elemento fundamental a ser considerado é que os processos históricos de construção dos Estados nacionais circunscrevem-se num movimento maior que é o da consolidação da modernidade regida pelos princípios universais iluministas. Nesse sentido, as diferenças entre cada cultura nacional não residem no processo histórico que as fundamenta, mas nas diferentes formas como são imaginadas ou descritas, nas maneiras como são representadas.

“Portanto, contrariamente ao que muitas vezes se supõe, a nação é uma primeira afirmação da mundialidade. Ela carrega em seu bojo uma modernidade-mundo” (ORTIZ, 2003:50). Em essência, o que está por trás de cada cultura nacional é a cultura moderna, aquela cultura universalista, mas o que emerge como elemento de sustentação da identidade nacional é a narrativa particular que se cria para cada uma delas. Narrativa essa que se sustenta em símbolos, rituais e datas comemorativas, em um mito “fundacional, na perspectiva de continuidade e intemporalidade das culturas nacionais, e na idéia de que a nação é um povo puro, autêntico (HALL, 2003A).

Dentro dessa perspectiva, as diferenças entre as identidades nacionais nada mais são do que representação, elementos simbólicos que dão feições particulares ao processo maior e global de secularização da vida em sociedade impresso pela própria modernidade. Mas se a modernidade é um evento que se impõe universalista, o que justifica a permanência da cultura e das identidades restritas aos limites físicos e simbólicos dos Estados nacionais?



Essa contradição é respondida pela importância estratégica que o Estado Nação desempenha como sustentáculo do desenvolvimento de esferas como a política e, sobretudo, a economia na modernidade. Até o advento da globalização, desde o mercantilismo, passando pelo colonialismo e pela sua feição industrial e transnacional, o capitalismo esteve abrigado e dependeu do Estado Nação para desenvolver-se. Esse, por sua vez, tem na identidade nacional o elemento de representação da comunidade imaginada que aglutina e motiva a reunião da população no seu interior e que possibilita o esforço pelo seu desenvolvimento. O que há, então, é uma relação íntima de interdependência do desenvolvimento moderno em relação ao Estado e deste em relação à identidade nacional. Durante toda a modernidade, as nações estiveram em disputa pela hegemonia cultural, tecnológica, política e econômica. Sendo a principal mediação das relações estabelecidas no mundo moderno, a nacionalidade também foi a mediação fundamental das identidades. Com a globalização, porém, quando o capitalismo desvincula-se dos limites dos Estados nacionais e estes perdem sua força reguladora diante do mercado, como podemos pensar a construção e sustentação das identidades?

##### **5. A Identidade Cultural na contemporaneidade**

Quando pensamos em globalização temos de estar cientes de que este não é um processo novo. O início da constituição da aldeia global está ligado ao início da própria atividade humana que sempre foi marcada pelo desafio de limites territoriais, culturais e econômicos. No contexto moderno-capitalista isso que poderia ser um reflexo da natureza dos homens, integrou-se a uma racionalidade, um projeto. Assim, a expansão dos limites descritos possui outros significados quando inserida em um modelo econômico - o capitalismo - e sociocultural - a modernidade. O princípio de progresso em sentido único

elaborado e reafirmado pelo discurso e prática da modernidade iluminista funcionou como a legitimação necessária a um processo de integração naquilo que Ianni (2001 e 2003) e Ortiz (2003) chamam de modernidade-mundo. Processo esse que irá se efetuar como internacionalização, irradiada para as periferias a partir de um centro que dita os padrões econômicos, políticos e culturais em disputa pela sua hegemonia.

O fator da mudança, que caracteriza a transição entre a modernidade e a globalização é o rompimento do capital com suas fronteiras, quando o capitalismo passa a integrar o mundo em um único mercado global e não se irradia mais a partir de um centro, mas opera de maneira dispersa e integrada por todo o globo. Assim, o fenômeno que aqui é entendido como sendo a globalização tem início quando o capital autonomiza-se em relação aos limites dos diversos Estados para atender exclusivamente as exigências de sua reprodução ampliada. Os centros decisórios são dispersados em empresas e conglomerados espalhados pelo mundo com a finalidade de atender melhor a "funcionalidade do mercado. O capital triunfante torna-se ele mesmo sua nação. Acima de fronteiras políticas, culturais, temporais e geográficas dá início a uma nova etapa histórica, pois implica em transformações significativas nas estruturas que caracterizavam o mundo desde a modernidade. A partir deste momento, diz Santos (2002:11), "as realidades são outras e os sistemas de relações que elas presidem são nitidamente novos. O próprio processo de internacionalização agora tem direito a outro nome. Trata-se de fato de uma globalização que deixa de ser uma simples palavra para tomar-se um paradigma do conhecimento sistêmico da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço."

A globalização opera a partir da economia, mas torna-se um paradigma para pensarmos o mundo contemporâneo.





O que nos interessa perceber aqui é que o processo de globalização ao se sobrepor à configuração geopolítica da modernidade, aquela que apresentava o mundo dividido em Estados nacionais, com fronteiras econômicas, políticas, sociais e culturais bem definidas, diminui gradativamente o lugar do Estado Nação como instituição reguladora da vida social e passa a integrar todo o globo em uma única estrutura de regulação, o mercado. A globalização precisa ser concebida como um paradigma que opera pela desnacionalização e desloca as economias, as culturas, as políticas e as comunidades em direção a uma economia-cultura-política-comunidade-mercado-mundo. Porém, esse evento que induz ao enfraquecimento do nacional, ao passo que rumo em direção a um processo de mundialização, também abre espaço para o resgate de algumas tradições que haviam sido encobertas pelo processo de consolidação do Estado Nação. As diversas culturas nacionais são fragmentas e rompidas em direção a uma configuração mundializada, a cultura que Ortiz (2003) denomina de internacional popular e a outra que retoma a tradição. Os fundamentalismos religiosos são exemplos desse resgate. Assim, o processo que envolve a construção da cultura na sociedade global não se dá de maneira homogênea ou em sentido único. A tradição aparece como contraponto a uma possível homogeneização. Obviamente a relação entre a recuperação desta e a inserção na cultura internacional popular não é uma movimentação horizontal e equilibrada. Há, na verdade, um processo de reconstrução cultural em que esses dois sentidos se somam, se hibridizam, se misturam, sendo que o sentido hegemônico só se revela no contexto concreto do acontecimento. O que opera esse momento de reconstrução da cultura é o processo que Hall (2003A) denomina de tradução. A partir dele cada grupo de indivíduos pode ressignificar ou se apropriar da cultura mundializada tendo como base a cultura tradicional ou, ao contrário, fazer a tradução da tradição

sustentando-se na cultura mundializada.

Com os processos de globalização e mundialização da cultura, a figura do Estado Nação perde importância como instituição reguladora das trocas econômicas e culturais. Ao diminuir seu papel como mediador dessas relações, perde também, significação como espaço de representação capaz de sustentar identidades. No mundo global as identidades nacionais entram em crise na medida em que as culturas nacionais já não se efetivam como espaço de representação das diferenças ou das singularidades. É essa profunda crise da identidade nacional que tem sido confundida com uma crise da própria identidade. Como vimos, as identidades não são algo concreto, motivadas por uma essência, nem limitam-se a apenas uma de suas facetas, a nacional. As identidades nacionais tratam-se na verdade de um produto da modernidade, a resposta histórica dessa à problemática da identidade. As identidades são discursos, construções simbólicas que só ganham sentido por meio da representação. Assim, a grande questão para pensar a identidade cultural no mundo contemporâneo é saber se existem espaços de representação capazes de sustentar identidades culturais com a crise do Estado Nação e indagar de que forma essas poderiam se materializar.

Aqui se delineiam novas pistas. No mundo globalizado há um fluxo permanente de pessoas, informações, bens materiais e simbólicos. Esse fluxo opera por meio do comércio, das migrações, da indústria cultural e das redes informatizadas de troca de informações e acaba pluralizando as práticas culturais e gerando novos ambientes de pertencimento. Assim, parece interessante a idéia de que é na partilha desses universos culturais plurais, vistos aqui como espaços de representação, que estão surgindo novas comunidades e sendo sedimentadas as identidades contemporâneas. Na mídia, nas redes de computadores, na publicidade, na moda circulam e são formados ambientes culturais que



sustentam práticas de vida, comportamentos, pensamentos e gostos. É através do acesso aos bens materiais e simbólicos e no seu consumo por públicos específicos que essas parecem ganhar forma como as novas comunidades do mundo global. Como propõe Canclini (1999) essas comunidades estão se formando como redes de consumidores que compartilham universos culturais próximos e os mesmos padrões de consumo. Comunidades desterritorializadas que podem constituir-se dessa maneira graças ao fluxo mundializado de bens materiais e simbólicos. É na apropriação de produtos, sejam culturais ou não, que as identidades são manifestadas e construídas. O ato do consumo é o lugar de materialização das identidades no mundo globalizado.

Se na modernidade as identidades vinculavam-se a comunidade imaginada da nação, no mundo globalizado vinculam-se a comunidades imaginadas de consumidores. Se ontem materializavam-se através de símbolos como a bandeira e narrativas como a história e o mito fundacional nacionais, hoje encontram sua materialidade nos produtos da moda e da mídia e na carga simbólica que esses carregam. Se na modernidade era o Estado, através de instituições como a Escola e os museus, o responsável por manter viva a representação da identidade, na globalização essa função é desempenhada pelos meios de comunicação e pela publicidade que mantêm clara a simbologia dos produtos e permitem que os consumidores se diferenciem a partir de sua apropriação. Porém, se a cultura da modernidade negava a tradição, no plano da globalização essa não é

descartada, integra-se pela tradução à rede de construção de significados como mais um objeto de significação e de consumo.

Aqui cabe retomar o exemplo dado no início desse trabalho. Nos comportamentos observados no mercado popular de camisetas o que se evidencia é a crise de significação da identidade da modernidade, a nacional, dando espaço para que esferas contemporâneas de representação do sujeito, a identidade de negro, capoeira ou homossexual, por exemplo, possam emergir. Na dinâmica do mundo global, o discurso da identidade imaginada na nação como projeto de progresso perde poder de significação e representação e é fragmentado em outros discursos como o da negritude, do esporte e da sexualidade sustentados nas práticas cotidianas. A adesão dispersa a esses discursos acaba por criar uma comunidade distanciada fisicamente, mas que se aproxima através do consumo e da partilha de um mesmo imaginário e comportamento. Levar para a esfera do consumo a representação das identidades no mundo global não é a fetichização dessa, mas a possibilidade de manifestá-la em um mundo em que a circulação de idéias e produtos é vertiginosa e os universos culturais e as comunidades imaginadas se transformam com extrema rapidez. É o mundo do consumo que oferece respostas rápidas a uma possível flutuação das identidades e, devido ao seu alcance ampliado, possibilita a construção da identidade e da diferença na partilha de uma ou mais comunidades (sempre imaginadas), ainda que em distância, ainda que desterritorializadas.



## Bibliografia do artigo

- CANCLINI, N. G. **Consumidores, e cidadãos.** Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** EDUSC, Bauru, 2002.
- EAGLETON, T. **As ilusões do pós-moderno.** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1998.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografia dos estudos culturais.** Autentica Editora, Belo Horizonte, 2001.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2003A.
- \_\_\_\_\_. **Quem precisa da identidade?** In: Silva, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença.* Ed. Vozes, Petrópolis, 2003B.
- HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade.** Ed. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1990.
- IANNI, O. **A Era do Globalismo.** Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A Sociedade Global.** Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- LIPOVETSKY, G. **O crepúsculo do dever - A ética indolor dos novos tempos democráticos.** Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994.
- LYOTARD, J.F. **A condição Pós-Moderna.** José Olympio Ed., Rio de Janeiro, 7ª ed, 2002.
- MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências.** Ed. Vozes, São Paulo, 1996.
- MENEZES, P. **A crise do passado.** Ed. Experimento, São Paulo, 1994.
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura.** Ed. Brasiliense, São Paulo, 2003.
- SANTOS, Milton. **A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo.** In: Santos, M., Souza, M. A. A. de, Scarlato, F. C., Arroyo, M. *Fim de Século e Globalização.* Ed. Hucitec, São Paulo, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença.** Ed. Vozes, Petrópolis, 2003.
- WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade.** São Paulo, Ed Nacional, 1969.
- WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: Silva, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença.* Ed. Vozes, Petrópolis, 2003.

